Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

CNPJ 60.884.319/0001-59

Santo André - SP

Informações trimestrais – ITR's relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Informações trimestrais (ITR)

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo considerando que suas atividades operacionais estejam paralisadas desde o exercício de 2000, a administração busca viabilizar negociações que restabeleçam as condições de normalidade da Companhia para liquidação de todos os seus passivos, de sorte possibilitar o seu soerguimento com a prestação de serviços dentro do escopo do seu objeto social.

Para fazer frente as negociações de seu passivo tributário, a Companhia possui um caixa corrente positivo, decorrentes de contratos de locação de suas unidades fabris, que atualmente perfaz aproximadamente a quantia anual de R$ 3,5 milhões, podendo elevar essa capacidade com uma eventual implantação de ZPE na unidade (em análise e estudos).

Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2026.

Atendendo ao disposto ao que determina a resolução CVM Nº 162, de 13 de julho de 2022 a Companhia não obteve dos auditores independentes ou pessoas a eles ligadas, nenhum outro serviço que não os de auditoria externa em 2025, conforme firmado entre as partes.

A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se a disposição dos Senhores para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

Santo André, 15 de maio de 2026.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as informações trimestrais (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.
Santo André - SP

Introdução
Revisamos as informações financeiras intermediárias da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Continuidade operacional
Conforme mencionado na nota explicativa "1", as atividades operacionais estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função de inexistência de novos contratos. A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo). Sua continuidade está vinculada a decisão de seus acionistas em efetuarem investimentos e aportes de capital para identificação e desenvolvimento de novas atividades operacionais, além do sucesso nas negociações para a solução de seus passivos, especialmente trabalhistas, com debenturistas e tributários.

Conclusão com Ressalva sobre as informações contábeis intermediarias
Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo "Base para Conclusão com Ressalva sobre as Informações Contábeis Intermediárias", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfases

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Conforme apresentado na nota explicativa "12", em 03 de novembro de 2024, ocorreu o deferimento do pedido de parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com base no disposto na Lei nº 13.988/20 e da Portaria PGFN 6.757/22. Os débitos federais e previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 36 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 65% de cada uma das inscrições. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reapresentação dos Valores Correspondentes ao período findo em 31 de março de 2025
Conforme mencionado na nota explicativa "1", as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025 estão sendo reapresentadas, com a respectiva reapresentação efetuada em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da celebração de contratos de confissão de dívidas com terceiros no 4º trimestre de 2025. Tais contratos resultaram no reconhecimento de atualização financeira retroativa a exercícios anteriores, impactando os saldos iniciais de 2024 e, consequentemente, os valores correspondentes do período findo em 31 de março de 2025. Os efeitos da reapresentação nas contas patrimoniais, de resultado e no patrimônio líquido totalizam R$ 48.998 mil e R$ 2.065 mil, respectivamente, conforme disposto na NBC TG 23. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2026.

GEORGE ANGNES:68097760959

Assinado de forma digital por GEORGE ANGNES:68097760959
Dados: 2026.05.15 17:00:56 -03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S-SP
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1 S-SP

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Balanço Patrimonial

Ativo

	Nota	Em Milhares de Reais 31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Circulante		818	802
Caixa e equivalentes de caixa	5	11	11
Contas a receber de clientes	6	157	220
Outros direitos realizáveis	7	650	571
Não circulante		18.374	18.113
Direitos realizáveis		11.077	10.816
Cauções e depósitos judiciais	8	1.732	1.694
Depósitos judiciais tributários	8	9.345	9.122
Investimentos	9	52	52
Imobilizado	10	7.245	7.245
Total do ativo		19.192	18.915

Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

	Nota	Em Milhares de Reais 31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Circulante		198.119	197.783
Fornecedores	11	123	219
Obrigações sociais e trabalhistas		5	11
Obrigações fiscais e tributárias	12	75.542	78.467
Provisão para contingências	13	16.130	16.130
Debêntures	14	29.881	29.881
Juros a Realizar	14	259	0
Empréstimos de terceiros	15	76.179	73.075
Não circulante		5.185	5.185
Obrigações fiscais e tributárias	12	32	32
Provisão para contingências com depósito judicial	13	5.153	5.153
Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)		(184.112)	(184.053)
Capital social	16	107.838	107.838
Reservas de capital		79	79
Prejuízos acumulados		(292.029)	(291.970)
Total do passivo e patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)		19.192	18.915

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração do Resultado

		Em Milhares de Reais Períodos	
	Nota	01/jan./26 a 31/mar./26	01/jan./25 a 31/mar./25 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	625	615
Lucro bruto		625	615
Despesas/Receitas operacionais		(636)	(1.035)
Despesas gerais e administrativas	19	(636)	(1.035)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(11)	(420)
Receitas financeiras	20	0	102
Despesas financeiras	20	(48)	(2.707)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(59)	(3.025)
Prejuízo do período		(59)	(3.025)
Quantidade de ações		6.621.487	6.621.487
Lucro/ (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		0	0

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais Períodos	
	01/jan./26 a 31/mar./26	01/jan./25 a 31/mar./25 (reapreentado)
Prejuízo do período	(59)	(3.025)
Movimentação do período	0	0
Resultado abrangente do período	(59)	(3.025)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2025 (reapresentado)	107.838	79	(279.736)	(171.819)
Prejuízo do período (Reapresentado)			(3.025)	(3.025)
Saldos Finais em 31 de março de 2025 (Reapresentado)	107.838	79	(282.761)	(174.844)
Prejuízo do período (abril a dezembro de 2025)			(9.209)	(9.209)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2025	107.838	79	(291.970)	(184.053)
Prejuízo do período			(59)	(59)
Saldos Finais em 31 de março de 2026	107.838	79	(292.029)	(184.112)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./26 a 31/mar./26	 01/jan./25 a 31/mar./25 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do período	(59)	(3.025)
Ajustes por:		
Provisão para contingências	0	110
Resultado ajustado	(59)	(2.915)
(Aumento)/Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	63	227
Outros direitos realizáveis	(79)	219
(Redução)/Aumento dos passivos		
Fornecedores	(96)	(25)
Obrigações sociais e trabalhistas	(6)	(6)
Obrigações fiscais e tributárias	(2.925)	418
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.102)	(2.082)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos judiciais	(261)	(105)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(261)	(105)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Juros a Realizar	259	0
Empréstimos de terceiros	3.104	2.182
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.363	2.182
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	0	(5)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	11	19
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	11	14

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração do Valor Adicionado

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./26 a 31/mar./26	 01/jan./25 a 31/mar./25 (Reapresentado)
Receitas	695	677
Receitas operacionais	695	677
Outras Receitas / Despesas	0	
Insumos adquiridos de terceiros	(296)	(659)
Outros	(296)	(659)
Valor adicionado bruto	399	18
Valor adicionais recebido em transferência	0	102
Receitas financeiras	0	102
Valor adicionado líquido a distribuir	399	120
Distribuição do valor adicionado	399	120
Pessoal e encargos	56	89
Impostos	354	349
Despesas financeiras	48	2.707
Prejuízo do período	(59)	(3.025)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

CNPJ 60.884.319/0001-59

Santo André - SP

Notas explicativas às informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Nota 1. Informações Gerais

A Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. é uma Companhia de capital aberto inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP.

A companhia tem como atividade operacional preponderante a produção de bens de capital destinados ao mercado interno e externo para os setores químico, petrolífero, petroquímico, criogenia, alimentício e de bebidas. Suas atividades estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de março de 2025

Nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou a necessidade de reconhecimento de encargos financeiros relacionados à atualização de contratos de mútuo, os quais não haviam sido apropriados integralmente nos períodos anteriores, em desacordo com o regime de competência.

Dessa forma, as demonstrações financeiras comparativas foram reapresentadas para refletir o reconhecimento retroativo dos referidos encargos financeiros, com os devidos ajustes nos saldos das contas de passivo e no resultado dos exercícios impactados.

Os efeitos da reapresentação estão apresentados de forma detalhada nas tabelas a seguir, evidenciando os saldos originalmente divulgados, os ajustes realizados e os saldos reapresentados.

A Administração entende que tais ajustes aprimoram a qualidade da informação contábil, assegurando maior aderência às práticas contábeis aplicáveis e à adequada apresentação da posição patrimonial e financeira da Companhia:

Balanço Patrimonial	Saldos Originalmente Apresentados	Ajuste	Saldos Reapresentados
Prejuízos acumulados	(230.738)	(48.998)	(279.736)
Total do Patrimônio Líquido 01 janeiro de 2025	(122.821)	(48.998)	(171.819)

Nestes termos, apresentamos os efeitos no 1º trimestre de 2025 (comparativo) abaixo:

Demonstração do Resultado	Saldos Originalmente Apresentados	Ajuste	Saldos Reapresentados
Despesas financeiras	(642)	(2.065)	(2.707)
Total do Demonstração de Resultado	(960)	(2.065)	(3.025)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)	Saldos Originalmente Apresentados	Ajuste	Saldos Reapresentados
Prejuízo do exercício	(960)	(2.065)	(3.025)
Total do Demonstração de Resultado	(960)	(2.065)	(3.025)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Saldos Originalmente Apresentados	Ajuste	Saldos Reapresentados
Resultado líquido do exercício	(960)	(2.065)	(3.025)
Empréstimos de terceiros	117	2.065	2.182
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	0	(5)

Demonstração do Valor Adicionado	Saldos Originalmente Apresentados	Ajuste	Saldos Reapresentados
Despesas financeiras	642	2.065	2.707
Prejuízo do período	(960)	(2.065)	(3.025)
Distribuição do valor adicionado	120	0	120

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Financeiras

As principais políticas financeiras aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas financeiras adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Financeiras e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade além de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 15 de maio de 2026.

Conforme informado na nota "1" as atividades da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em razão da inexistência de novos contratos. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando a normalidade de sua continuidade operacional. Entretanto, conforme estabelece o item 4.1 do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Administração reconhece que estas demonstrações financeiras, ora apresentadas, não serão modificadas em sua forma de elaboração e apresentação, em caso de eventual impossibilidade de êxito quanto à sua continuidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas financeiras aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas financeiras. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros

  Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

A Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa, nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

- Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no exercício em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor faturado e correspondem à aluguéis de imóveis próprios, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

2.5 Investimentos
Estão demonstrados pelo custo de aquisição.

2.6 Imobilizado
Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou de construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e foi levada ao resultado do exercício em conta de despesas operacionais. Não foi identificada evidência de perdas não recuperáveis para as contas de terrenos e edificações em relação ao valor contábil.

A Companhia, após julgamento da Administração em relação ao valor residual do ativo imobilizado, optou por manter os mesmos critérios de avaliação adotados em exercícios anteriores por considerá-lo mais justo, em face da situação econômica e financeira que vem atravessando desde a descontinuidade de suas atividades operacionais e que, qualquer acréscimo no imobilizado além de representar aumento nos custos operacionais em decorrência dos efeitos das depreciações, não representa benefício aos acionistas minoritários ou majoritários.

2.7 Contas a Pagar aos Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.8 Demais Ativos e Passivos
Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.9 Provisões
As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

2.10 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Regime tributário da Companhia é o Lucro Real.

2.11 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel de imóveis no curso normal das atividades da Companhia.

2.12 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

2.13. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento;
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro;
- CPC 26 (R1) / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;
- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Financeiras Críticos

As estimativas e os julgamentos financeiras são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Financeiras Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas financeiras resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores financeiras de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas financeiras são reconhecidos no exercício da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

<u>Reconhecimento de Receita</u>

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Caixa e Bancos	11	11
	11	11

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Contas a Receber de Clientes	157	220
	157	220

Nota 7. Outros Direitos Realizáveis

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Partes Relacionadas - Acionistas	421	421
Adiantamentos a Terceiros	229	150
	650	571

Nota 8. Depósitos Judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos e eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos.

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Depósitos Judiciais		
Depósito Judicial Recursal (a)	104	103
PIS Faturamento (b)	1	1
INSS (b)	827	808
Contribuição Social (b)	800	782
	1.732	1.694
Depósitos Judiciais Tributários		
Funrural (c)	7.675	7.492
Incra (c)	1.094	1.068
Imposto de Renda (c)	17	17
Finsocial (c)	556	542
Pis/Rob	3	3
	9.345	9.122
	11.077	10.816

Nota:

(a) Depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições.

(b) São valores de impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia.

(c) São valores referentes a aplicações financeiras caução para garantia de aluguéis de imóveis, cuja contrapartida está na conta do passivo de Adiantamento de Clientes.

(c) Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no Não Circulante levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo.

Nota 9. Investimentos

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Fiação NE do Brasil	52	52
	52	52

Nota 10. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso.

Imobilizado	Taxa Dep. (%)	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	31 de Março de 2026 Valor Residual	31 de Dezembro de 2025 Valor Residual
Edifícios	4%	10.778	(10.778)	0	0
Equip. Processamento de Dados	20%	5	(5)	0	0
Terrenos	-	7.245	0	7.245	7.245
		18.028	(10.783)	7.245	7.245

Não houveram aquisições, baixas e depreciação durante o período.

Nota 11. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses) representando R$ 123, em 31 de março de 2026 (R$ 219, em 31 de dezembro de 2025).

Nota 12. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
IRRF A Recolher	0	5
PIS A Recolher	205	204
COFINS A Recolher	942	938
Contribuições Retidas A Recolher	4	6
INSS Retido A Recolher	3	3
IRRF Retidos Terceiros	1	2
ISS Retido A Recolher	8	7
Parcelamento ISS	201	201
Refis INSS a Recolher	41	44
Parcelamento PGFN Demais Débitos (a)	0	1.186
Parcelamento PGFN Débitos Previdenciários (a)	0	2.101
Parcelamento Icms	9.817	9.772
Débitos de IPTU	64.352	64.030
	75.574	**78.499**
Circulante	75.542	78.467
Não Circulante	32	32

a) Referem-se aos parcelamentos efetuados através da Transação Individual, conforme Lei nº 13.988/20 e da Portaria PGFN 6.757/22, cujo deferimento ocorreu em 03 de novembro de 2024. O parcelamento foi liquidado em 21/01/2026.

Os saldos dos débitos inscritos em dívida, foram parcelados em 36 parcelas na PGFN, com redução de até 65% de juros e multas a cada uma das inscrições. Para ambos, o primeiro pagamento ocorreu em novembro de 2024.

O vencimento final desse parcelamento até 29/10/27. As parcelas vêm sendo pagas no vencimento.

Nota 13. Provisão para Contingências

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais, conforme demonstrado abaixo:

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Circulante		
Provisão Para Contingências Trabalhistas	5.510	5.510
Provisão Para Contingências Cível	10.620	10.620
Não Circulante		
Provisão Para Contingências Depósito Judicial	5.153	5.153
	21.283	21.283

a) Parcela do Circulante

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais.

b) Parcela do não circulante

Refere–se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa 08.

Nota 14. Debêntures

Saldo refere-se a debêntures da 3ª emissão, nominativas simples com garantia flutuante não conversíveis em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2023.

A Companhia informa que procedeu ao resgate dos valores mobiliários em circulação com prazo de pagamento até 30/07/2026. O saldo devedor será atualizado pela variação da Taxa Referencial (TR), observada a cláusula suspensiva pela qual os efeitos do resgate se aperfeiçoam somente com a efetiva liquidação, momento em que a referida atualização será aplicada.

Nota 15. Empréstimos de Terceiros

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Circulante		
Inepar Administração E Participações S/A	1.713	1.716
Delft Administração E Participações S.A	60.880	60.880
Genus Gestão de Negócios S.A	13.586	10.479
	76.179	73.075

Em 01 de outubro de 2025, a Companhia firmou *Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças* com a Inepar Administração e Participações S.A., reconhecendo a obrigação no montante de R$ 27.920 mil, atualizada pela aplicação do CDI desde março de 2002. Referido instrumento estabeleceu a repactuação do saldo, com previsão de liquidação integral no prazo de até 360 dias contados da data de sua assinatura.

Em 17 de dezembro de 2025, foi celebrado *Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças* com a Inepar Administração e Participações S.A., consolidando outra obrigação no montante de R$ 37.272 mil, atualizada pela aplicação do CDI desde agosto de 2003. O saldo apurado contemplou a consolidação dos valores devidos, conforme composição detalhada nos controles internos da Companhia, sendo:

- Inepar Equipamentos R$ 25.516 mil;
- IESA Projetos R$ 11.370 mil;
- Inepar Indústria R$ 386 mil.

Tendo sido igualmente pactuado prazo de até 360 dias para sua liquidação integral, a partir da data de assinatura.

Documento origem	**Valor**
Confissão de Dívida 01	27.920
Confissão de Dívida 02	25.516
Confissão de Dívida 02	11.370
Confissão de Dívida 02	386
Pagamento efetuado em 2025	(4.312)
	60.880

A dívida total consolidada no montante de R$ 60.880 mil, em 23 de dezembro de 2025, foi transferida da Inepar Participações S.A. para a Delft Administração e Participações S.A. através do *Instrumento Particular de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças*. A cessão manteve integralmente as condições, termos e prazos de pagamento previstos nos contratos originais.

A repactuação das dívidas ocorrida em 2025 resultou no reconhecimento de atualização monetária, registrada na contabilidade de acordo com o regime de competência. Desse montante, R$ 6.195 mil foram reconhecidos no resultado do exercício de 2025 (R$ 2.065 mil atribuído ao 1º trimestre de 2025), R$ 3.810 mil no resultado do exercício de 2024 e o saldo de R$ 48.998 mil, diretamente nos prejuízos acumulados de anos anteriores, sendo esses últimos, objeto de reapresentação, conforme demonstrado na nota explicativa “1”.

Nota 16. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social representa montante de R$ 107.838 composto por 6.621.487 ações ordinárias em 31 de março de 2026 (em 31 de dezembro de 2025 eram 6.621.487) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	31 de Março de 2026	31 de Dezembro de 2025
Capital Social Subscrito	107.838	107.838
	107.838	107.838

Nota 17. Prejuízos Fiscais

A Companhia possui prejuízos fiscais em montante aproximado de R$ 237.752, em 31 de março de 2026 (R$ 237.693, em 31 de dezembro de 2025) e base negativa de contribuição social de R$ 254.228, em 31 de março de 2026 (R$ 254.169, em 31 de dezembro de 2025), para serem compensados com lucros tributáveis futuros ou outras formas estabelecidas na legislação aplicável.

Conforme apresentado na nota explicativa "12", em novembro de 2024, foi deferida a utilização de créditos dos Prejuízos Fiscais e da Base Negativa da Contribuição, para amortização do saldo devedor dos débitos inscritos na PGFN, que totalizaram R$ 9.652, cujo valor foi reconhecido em contrapartida da conta IR e CS Diferidos, nas contas de resultado. Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos fiscais restantes, não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual.

Nota 18. Receita operacional líquida

	01/jan./26 a 31/mar./26	01/jan./25 a 31/mar./25
Receita Operacional Bruta	695	677
Receita com Aluguéis	695	677
Deduções da Receita Operacional Bruta	(70)	(62)
Impostos e Contribuições	(70)	(62)
Receita Operacional Líquida	625	615

Nota 19. Despesas gerais e administrativas

	01/jan./26 a 31/mar./26	01/jan./25 a 31/mar./25
Despesas com Pessoal	(56)	(89)
Despesas operacionais	(295)	(660)
Despesas tributárias	(285)	(286)
	(636)	(1.035)

Nota 20. Despesas Financeiras

	01/jan./26 a 31/mar./26	01/jan./25 a 31/mar./25 (Reapresentado)
(+) Receitas Financeiras		
Correção de Ativos	0	102
	0	102
(-) Despesas Financeiras		
Juros Tributos Estaduais	(48)	(40)
Juros Tributos Federais	0	(602)
Correção sobre passivos	0	(2.065)
	(48)	(2.707)
Resultado Financeiro	(48)	(2.605)

Nota 21. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.